

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE PARTITURAS: um percurso pelo tratamento da documentação musical impressa nos principais instrumentos de catalogação biblioteconômicos

Daniela de Oliveira Correia¹

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP

RESUMO

Aborda a representação descritiva de documentos musicais impressos – partituras, com base nos instrumentos de catalogação da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A pesquisa assumirá uma abordagem qualitativa e delimita-se como exploratório-descritiva. A coleta de dados se dará pela análise da bibliografia existente do tema bem como nos códigos de catalogação selecionados, sendo eles: As 91 regras de Panizzi; *Rules for a dictionary catalogue* de Cutter; as Regras Prussianas; o Código da Vaticana; as ISBDs; o AACR2 e a RDA. Como resultados, obtiva-se identificar se os códigos analisados abarcam a representação das partituras de modo a atender as necessidades dos usuários, suscitar reflexões sobre a importância das partituras enquanto informação e as contribuições, avanços e perspectivas para essa área de atuação no cenário biblioteconômico. Por a pesquisa encontrar-se em fase de desenvolvimento, este artigo englobará apenas um compilado do conteúdo elaborado até o momento.

Palavras-chave: Representação descritiva de partituras. Catalogação de partituras. Códigos de catalogação. Tratamento da documentação musical impressa. Organização e representação de partituras.

1 INTRODUÇÃO

Organizar, tratar, recuperar e disseminar informação e conhecimento são as principais atividades da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tendo como objetivo atender às necessidades e demandas de usuários em distintas realidades. Nesse contexto, a catalogação se desenvolve como uma das principais funções nessas áreas do saber. A catalogação é o processo pelo qual os profissionais da informação criam registros para representar um item, ou conjunto de informações, tornando-o único num determinado acervo, em vistas de sua recuperação e acesso de forma objetiva e simples, que se dá através do catálogo.

¹ Graduada na Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação- FaBCI, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Mestranda em Ciência da Informação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP. Coordenadora adjunta no Acervo Musical do Instituto Baccarelli. E-mail: dannyoliver3@gmail.com ou dannyoliver3@usp.br

Tradicionalmente, as unidades de informação se detêm aos livros, periódicos, teses, em especial, considerando-os como itens a serem catalogados, o que é reforçado no ensino das faculdades de Biblioteconomia. A inovação nessa área vem dos avanços tecnológicos atrelados ao controle informacional e a automação dos sistemas, que revolucionaram as práticas clássicas em decorrência da Sociedade da Informação e do Conhecimento permeadas pela Internet.

O processo de catalogação, que se configura como essencial para a organização, recuperação, disseminação e acesso às informações em ambientes diversos, não é algo recente, mesmo antes da área se consolidar como ciência, a humanidade já demonstrava essa preocupação em organizar os documentos, assim como Calímaco com seu catálogo na Biblioteca de Alexandria em 331 a.C.

Todas as discussões em torno dessa temática tiveram como consequência, respectivamente em cada período da história, a elaboração de diversos códigos para a representação das informações de itens com suportes e tipologias diversos, instrumentos que foram, desde então, tomados pelos serviços de informação para subsidiar a organização de seus acervos.

Tratando especificamente da tipologia documental das partituras, entende-se que seu tratamento e organização englobam uma série de conhecimentos específicos em Música, que requerem do profissional um conhecimento prévio para representar essa forma de manifestação, de modo a compreender todos os campos necessários para sua busca e recuperação, tanto por usuários entendedores como leigos, visto que essas ações de representação e recuperação devem ser convergentes.

Neste contexto, a pesquisa tem por base e se desenvolve com a perspectiva de responder a seguinte pergunta: A representação descritiva de partituras encontra nos instrumentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação base para o seu desenvolvimento?

A investigação se dará por meio de uma revisão bibliográfica através de documentos na temática e nos próprios códigos de catalogação selecionados, tendo como recorte àqueles que se destacaram por sua utilização em sistemas de informação ocidentais, sendo eles: As 91 regras de Anthony Panizzi; *Rules for a dictionary catalogue* de Charles Ami Cutter; Regras Prussianas de Carl Dziatzko; o Código da Vaticana; as ISBDs; o AACR2 e a RDA (com menção ao modelo conceitual IFLA-LRM, utilizado em sua estrutura), o que permitirá um percurso

histórico por esses principais instrumentos com ênfase no tratamento que destinam a informação musical contida nas partituras e se abarcam sua representação de modo a atender as necessidades dos usuários dessa tipologia específica.

Desse modo, objetiva-se delinear um prospecto em que seja possível compreender aspectos técnicos do tratamento de partituras enquanto informação, mas em especial, fomentar uma reflexão sobre sua importância num âmbito social mais amplo, que engloba a disseminação na organização e representação dessa tipologia de informação artística, com vistas ao seu acesso indiscriminadamente.

Para este artigo, particularmente, optou-se por focar na apresentação da linguagem musical e sua compreensão enquanto informação a ser tratada e no início das pesquisas de análise dos códigos de catalogação selecionados no estudo, atendo-se a apresentação da RDA com seu modelo conceitual IFLA-LRM.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa assumirá uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Fonseca (2002, p. 20) “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, o que representa a linha assumida.

Para Gil (2002, p. 162) “nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.

Neste contexto, delimita-se a pesquisa como exploratório-descritiva tendo em vista que, enquanto exploratória, irá se dedicar a ter uma maior familiaridade com o problema em questão e buscar torná-lo mais explícito (GIL, 2002, p. 41), por considerar o tratamento de partituras musicais um campo a ser analisado e levado a conhecimento entre os bibliotecários e na área biblioteconômica.

Na parte descritiva, por ter “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, (GIL, 2002, p. 42), é elemento integrante desta pesquisa que em uma parte objetiva descrever e analisar o tratamento realizado com relação à catalogação de partituras segundo os principais instrumentos de catalogação biblioteconômicos, tendo como selecionados, segundo os destaques utilizados pelos profissionais da informação na cultura ocidental em um

percurso histórico, os seguintes: As 91 regras de Anthony Panizzi; *Rules for a dictionary catalogue* de Charles Ami Cutter; Regras Prussianas de Carl Dziatzko; o Código da Vaticana; as ISBDs; o AACR2 e a RDA com o modelo conceitual IFLA-LRM.

Quanto ao seu delineamento, o estudo se pautará no método de pesquisa bibliográfica para geração de dados utilizando-se das seguintes bases de dados: SCIELO; Universidade de São Paulo (USP); CAPES; Google Acadêmico; *Scopus*; *Web of Science...*, em documentos originais dos códigos impressos ou contidos em sites, assim como, ao se debruçar na bibliografia existente de pesquisas prévias, averiguando suas contribuições e o progresso das técnicas de tratamento dos documentos musicais, particularmente, as partituras (FONSECA, 2002, p. 32-33).

3 A LINGUAGEM MUSICAL

Neste ponto, objetiva-se descrever as especificidades existentes nas partituras, que refletem em sua organização e representação, apresentar uma breve introdução sobre Linguagem e Linguística, a visão da Semiótica relacionada aos símbolos constituintes das partituras como sendo informações musicais relevantes para sua representação e o processo de comunicação que se estabelece. Ainda pretende-se trazer parte da especificidade da informação musical e da terminologia da área com ênfase nas informações pertinentes ao tratamento das partituras.

3.1 Breve introdução sobre Linguagem e Linguística

Em um mundo totalmente imerso em tecnologias que são amplamente utilizadas, especialmente pelas mídias sociais, conceber a importância da Linguagem, é algo bem evidente, e que conforme se pode constatar com a história, está presente desde os primórdios da humanidade, sendo seus registros o que possibilitou o conhecimento de suas origens, suas práticas e desenvolvimento das sociedades diversas as permeando até os dias de hoje e futuramente.

É através da linguagem que o homem pode se relacionar com o mundo e com seus semelhantes, bem como nomear, criar e transformar sua realidade através da comunicação de seus pensamentos, ideias e sentimentos que pode se dar de diferentes formas como: pela fala, registros escritos ou por signos representativos convencionados.

Existem diversos tipos de linguagem: verbal, gestual, visual..., e apesar de este excerto introdutório fixar-se em elementos da linguagem que abarcam a oralidade e sua representação gráfica, objetiva-se traçar um paralelo em que a linguagem musical, constituinte das partituras (objeto central da pesquisa), se configura como um tipo de linguagem em que elementos como a representação simbólica, codificação, decodificação e o processo de comunicação que se estabelece quanto da leitura e execução da música inscrita, é semelhante ao que se observa com as demais manifestações linguísticas.

Segundo Benveniste (1991, p. 26), “a linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”, ou seja, trata-se de um modo de representar o que se pretende para que possa ser decifrado, transmitido e comunicado em que a linguagem assume uma dupla função sendo a realidade para quem a transmite e a recriação dessa realidade para o ouvinte configurando-se como um “instrumento de comunicação intersubjetiva”.

O autor ainda traz um aspecto importante da linguagem, a faculdade inerente do ser humano de **simbolizar**, que vem a ser o ato de representar algo da realidade por meio de um “**signo**” estabelecendo, desse modo, uma relação de significado (BENVENISTE, 1991, p. 27).

Para Fiorin (2015, p. 55), com relação aos signos, traz que: “[...] a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada. Os signos são, assim, uma forma de apreender a realidade. Só percebemos no mundo o que nossa língua nomeia”, não há como compreender a realidade sem considerar os signos que são criados para dar nomes às coisas como forma de categorização, organização e interpretação do mundo.

Ainda de acordo com Fiorin (2015, p. 56), não há a possibilidade de utilizar os objetos físicos por amostragem para estabelecer uma linguagem, por estes não compreenderem tudo o que a língua pode expressar, a linguagem humana vai além do que uma demonstração de objetos poderia abarcar, bem como por ter a possibilidade de expressar sobre objetos que não se tenha em mãos ou que sejam imaginados, criados.

Como ciência dedicada a estudar a linguagem assim como as línguas, estabelece-se a linguística, que se caracteriza por englobar essa dupla hélice distinta, que Benveniste (1991, p. 20), descreve como: “a linguagem, faculdade

humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas".

Por muito tempo a ciência se ateve em particular ao estudo das línguas das diversas sociedades, em que consistiam e sua funcionalidade, o que trouxe uma grande evolução com relação às formas linguísticas, traduções, dicionários...

Com o tempo, os linguistas começaram a considerar a língua por ela mesma, a exemplo de Saussure, e como princípio fundamental, sua organização em um sistema (BENVENISTE, 1991, p. 22).

Neste contexto, Fiorin acrescenta que: "A atividade linguística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo", e ainda, que "as palavras formam um sistema autônomo que independe do que nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de forma diversa" (FIORIN, 2015, p. 56).

Segundo Benveniste (1991, p. 23), a língua é então, um sistema de signos que requer uma estruturação, como organização de unidades hierarquizadas. Mesmo uma representação por signos de forma abstrata não afasta da realidade seu receptor, mas vem a ser uma experiência linguística concreta, ou seja, as representações simbólicas são verdadeiramente eficazes na transmissão e comunicação a que se destina a linguagem humana.

Essa explanação sobre as formas em que as linguagens humanas se desdobram e sobre a ciência que a estuda, a Linguística, estão intrinsecamente relacionadas com o objeto desse estudo por representar a que se destinam as partituras, uma forma de representação especializada utilizada pelos compositores (locutores), como meio de transmitir e comunicar através da decifração de seu sistema simbólico e terminológico, sua mensagem, o que se dá por meio da música.

Ainda de acordo com Benveniste (1991, p. 23), observa-se que: "de fato, a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais, etc., derivam dela e a supõem".

Dessa maneira, corrobora-se a linha estrutural selecionada ao estudo, na qual se pode empregar às partituras enquanto sistema simbólico linguístico *mediatizante*, os conceitos e reflexões abordados no recorte introdutório apresentado sobre Linguagem e Linguística enquanto processo de representação, transmissão e

comunicação, mesmo que estes utilizem em especial, a linguagem verbal e escrita em suas abordagens.

3.2 A visão Semiótica, o processo de comunicação e a relação com as partituras

No tópico anterior, é possível observar que a simbologia se apresenta de forma inerente ao se tratar dos aspectos da linguagem, por ser a principal forma de representação que subsidia a diversidade na relação linguística entre os seres humanos e seu meio.

Com isso, esse tópico objetiva a exposição mais particularizada sobre os signos e as representações da linguagem com vistas a relacionar com as partituras através da apresentação da ciência que se ocupa da significação, a Semiótica ou Semiologia, que vem a ser: “A ciência que estuda os sistemas de signos, quaisquer que eles sejam e quaisquer que sejam as suas esferas de utilização, chama-se Semiologia ou Semiótica” (LOPES, 1987, p. 15).

A Semiótica se interessa pelo sistema de representação de uma determinada sociedade e tem como objeto de estudo a semiose, que vem a ser a significação presente nos sistemas de representação simbólicos.

A semiótica é uma temática com uma vasta bibliografia e pode ser abordada por diferentes linhas, de acordo com seus autores característicos, o que não vem a ser o objetivo da pesquisa, e sim de forma ampla, apresentar conceitos, como se desenvolve e sua relação com a estrutura sistêmica dos elementos constituintes das partituras, por visualizar que estas se enquadram nas reflexões e análises concernentes ao tema.

Segundo Lopes (1987, p. 16), tem-se que:

A Semiótica não estuda, como se vê, nenhum tipo de “realidade natural”, mas sim a “realidade cultural”, de uma comunidade, todas as espécies de sistemas sógnicos que o homem construiu ao longo dos séculos. O objetivo da Semiótica é estudar um “conhecimento” da realidade fenomênica, tal como ele se espelha nos diferentes sistemas linguísticos que *recriam* – no sentido literal, *criam de novo* – essa realidade.

Neste contexto, todo tipo de linguagem é considerado como possível de ser estudado com base na semiótica: quadros de pinturas, vestuários de moda, peças musicais, etc., o que novamente retrata o que se pretende ao utilizar esse campo para analisar as informações musicais presentes nas partituras.

É através dos signos que as pessoas se relacionam, tanto entre si como com o mundo, ao exprimirem seus pensamentos e ideias por meio dos signos que dão suporte à comunicação humana. Para Lopes (1987, p. 16), "os signos são, por um lado, suportes exteriores e materiais da comunicação entre as pessoas e, por outro lado, são o meio pelo qual se exprime a relação entre o homem e o mundo que o cerca". Os signos são utilizados em uma diversidade de áreas e permite, desse modo, que as pessoas possam de organizar em sociedade e culturalmente, visto que é através da transmissão cultural, advindas das relações e tradições sociais por meio da comunicação da linguagem simbólica, que as gerações têm acesso, as desenvolvem e perpetuam (LOPES, 1987, p. 15).

Quanto a isso, Benveniste (1991, p. 32), acrescenta que:

A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. [...] É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura.

A linguagem musical expressa nas partituras carrega esses traços culturais, pois se utiliza dos símbolos para transmitir o que o compositor inscreve para que, dentro de uma determinada "sociedade", aqui representada essencialmente pelos músicos, pode decifrá-la, transmiti-la e perpetuá-la de geração para geração.

No caso da Música, as barreiras observadas pela língua (tomando as diferentes sociedades e povos), não se aplica da mesma forma. Para a língua, muito de sua sedimentação pode ser entendida pelo aspecto geográfico, em que, de um modo geral, têm-se países distintos com suas línguas características. Já a música, tendo como recorte a ocidental, tem um sistema de símbolos universal, considerando sua "sociedade" àqueles que têm instrução para a leitura desses signos gráficos, o que se estende aos termos técnicos específicos, que podem configurar na partitura em línguas diferentes (italiano, inglês, alemão...), mas que depois de traduzidos (alguns de tão usuais foram até incorporados e padronizados em línguas estrangeiras sem a necessidade de tradução), revelam ao seu leitor imediatamente a ação que expressa e que este deve executar (exemplificações com as partituras serão apresentadas no tópico 3.3 que se segue).

Para esta exposição, acresce-se o que descreve Fiorin (2015, p. 58): “o significado não é a realidade que ele designa, mas sua representação, é o que quem emprega o signo entende por ele”, ou seja, a linguagem pressupõe uma convenção cultural, o signo é arbitrário em sua essência, apesar de em alguns aspectos poder ser parcialmente motivado.

Ainda neste contexto, apresenta-se que “o signo é usado para transmitir uma informação, para indicar a alguém alguma coisa que um outro conhece e quer que os outros também conheçam” (ECO, 1973), ou seja, é necessário que o grupo sociocultural ao qual determinada estrutura linguística simbólica pertença, tenha conhecimento sobre as convenções dos signos utilizados para sua possível decodificação e compreensão para uma posterior transmissão e no caso da música, também execução.

Para encerrar essa reflexão, e que se faz bem pertinente para o estudo, que não se propõe tratar de forma aprofundada sobre a semiótica, mas de forma ampla elencar conceitos que arraigam sua categorização, tendo as partituras como uma linguagem que pode ser entendida pela semiótica, visto seu sistema simbólico e processo de comunicação: “assim, as frases são signos, os textos, são signos, qualquer produção humana dotada de sentido é um signo” (FIORIN, 2015, p. 60).

Ainda sobre o processo de comunicação em consequência da decodificação dos símbolos musicais, considera-se que este sistema de comunicação seja entre o intérprete e o ouvinte e até mesmo entre o músico ao executar e a decifração da partitura, em uma relação de comunicação com as ideias que o compositor deseja transmitir. Desse modo, assim como tudo neste processo, é totalmente subjetivo, pois mesmo que o músico execute cada símbolo escrito na partitura o mais tecnicamente perfeito, sempre utilizará de sua motivação pessoal ao executar a música com sua interpretação particular, bem como o destinatário/ouvinte, que recebe e dá sentido à melodia da mesma maneira.

3.3 A especificidade da informação musical e a terminologia da área

Após relacionar o sistema simbólico constituinte da linguagem musical e inscrito nas partituras, o que é denominado Notação Musical, com a linguagem e a visão semiótica, este subcapítulo tem por objetivo apresentar um breve histórico sobre a Música e a Notação Musical, exemplificar as especificidades existentes nas partituras (através de uma figura demonstrativa) e a terminologia musical

considerando os elementos principais e relevantes ao que concerne a representação descritiva das partituras com vistas ao seu acesso e disseminação de forma democrática.

Assim como mencionado com relação às temáticas abordadas nos subcapítulos anteriores, como sobre Linguagem, Linguística e a Semiótica, a Música e os elementos da linguagem musical têm um vasto conteúdo a ser abordado, o que aqui não é o objetivo, mas porquanto apresentar os pontos selecionados como os principais que possam dar um panorama consistente sobre o assunto.

3.3.1 Música e Notação Musical: um breve histórico

A Música, em sua essência, sempre foi um artigo consumido e apreciado por parcelas distintas de pessoas. Desde a Antiguidade e até antes, têm-se registros das formas mais diversas de manifestações e gêneros musicais sendo executados em apresentações nos grandes palácios, rituais religiosos ou festas populares, o que demonstra a possibilidade de uma manifestação cultural de uma arte democrática.

É classificada como um privilégio dos homens, por exemplo, por qualificar como canto o grito dos pássaros, ou ainda chamar de melodias o ruído de fontes ou dos ventos, ou seja, o que é denominado de “som musical” é uma atribuição humana (CANDÉ, 2001, p. 44).

Irá se apresentar alguns elementos que propiciam um panorama sobre o histórico da Música Ocidental por meio de sua representação física, ou seja, através da notação musical, as partituras.

A notação musical, segundo o Dicionário Grove de Música, é definida como “um equivalente visual do som musical que se pretende, um registro do som ouvido ou imaginado ou um conjunto de instruções visuais para intérpretes” (DICIONÁRIO..., 1994, p. 656), ou seja, um sistema de escrita com símbolos e regras, as notas e demais elementos musicais, a serem interpretados e executados.

É o registro da música através de um código que o compositor utiliza para ser codificado pelo intérprete, no caso, o músico.

Conforme a definição de notação musical descrita anteriormente, se considera as partituras como o documento em que a notação é inscrita, ou seja, é o suporte constituído por diversos símbolos que unidos e codificados, formam a notação musical. A seguir, têm-se a definição e diferenciação do conceito de partitura e parte e a apresentação dos principais símbolos e termos da linguagem

musical que são essenciais para a leitura de uma partitura, pelo ponto de vista do tratamento da informação, em particular, da representação descritiva.

3.3.2 Tipos de Partituras e linguagem musical

Segundo o Dicionário Grove (1994, p. 702), Partitura é definida como:

Forma de música escrita ou impressa em que pentagramas são normalmente ligados por barras de compasso alinhadas na vertical, de maneira a representar visualmente a coordenação musical. O termo, de origem italiana (*partire* significa “dividir”), alude à distribuição das diversas partes vocais e/ou instrumentais em diversos pentagramas (ou pautas) (DICIONÁRIO..., 1994, p. 702).

Segundo este conceito de partitura, em um entendimento específico, esta vem a ser o documento que reúne todos os instrumentos/vozes que compõem uma determinada obra.

Desse modo, segue-se o conceito de Parte como sendo: “o volume que contém somente a linha de um instrumento, mas esse instrumento é parte de um grupo onde vários outros instrumentos deverão executar juntos, cada um a sua parte, para que a somatória destes seja o resultado musical pretendido pelo compositor (MATOS, 2007, p. 23).

Com relação aos tipos de partituras, além dessa principal distinção já mencionada (entre partitura e parte), têm-se alguns formatos que são importantes ter conhecimento como: Partitura ou Grade; Parte, Parte de execução ou Parte cavada; Partitura de regência; Partitura de bolso, Miniatura ou Partitura de estudo; Partitura condensada; Partitura de coro; Partitura completa; Redução; Redução para piano ou Partitura de canto e piano; Orquestração e Partitura vocal.

De um modo geral, mesmo com a diferenciação existente entre os tipos de partituras, os documentos musicais são todos chamados de partituras e, quando se faz necessário, é nomeada sua tipologia.

Para o entendimento dos principais elementos que compõem as partituras, seguem, na figura 1, algumas indicações na parte de primeiro violino da Toada, segundo movimento da Suíte Sinfônica Minas Gerais, do compositor Silvio Baccarelli, os elementos constituintes das partituras em destaque:

Figura 1 - Principais elementos musicais indicados na parte

Violino I ← Instrumento (parte) ↓ Título
Suíte Sinfônica "Minas Gerais"
II - Toada Compositor → Silvio Baccarelli
1957 Ano

Andamento → Calmo e expressivo ♩ = 72 ← Tempo do Andamento

Clave de Sol Fórmula de Compasso Ligadura

114 Pausa de Semínima (A) Barra de Compasso

122 rall. a tempo p ← Dinâmica (piano)

129 Número de compasso f ← Dinâmica (forte)

136 Dobrado Sustenido (B) Poco piu mosso Andamento ♩ = 100

allargando molto Barra dupla Simples

142 Pausa de Semicolcheia Sustenido

147 Bequadro a tempo f

allargando

152 Pausa de Semibreve (C) Meno - afetuoso ♩ = 92

Dinâmica Crescendo Dinâmica Decrescendo Pausa de Colcheia p expressivo

157 Bemol rit.

Andamento → animando poco a poco

dim. Barra de Finalização

Fonte: Elaborado pela autora com base na parte do Acervo Musical do Instituto Baccarelli.

Julga-se importante citar que a escolha pela partitura apresentada (que compõe todas as exemplificações do estudo), se deu de forma assertiva por o compositor e maestro Silvio Baccarelli representar para a autora sua inserção na música, e após o presente que o estimado lhe proporcionou ao apresentar a música há 22 anos, culminou em sua escolha futura pela Biblioteconomia e a elaboração de

mais esta pesquisa, além da admiração genuína pelo grande músico e compositor que representa.

Os instrumentos musicais são divididos de acordo com suas famílias, que em suma dizem respeito à forma que são tocados e sua construção. São eles: **Cordas**: Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo e Harpa; **Sopros de Madeira**: Flauta, Piccolo, Oboé, Corne Inglês, Clarinete, Requinta, Clarone, Fagote e Contrafagote; **Sopros de Metais**: Trompa, Trompete, Trombone e Tuba; **Percussão**: Tímpanos, Caixa, Bombo, Pratos, Triângulo, Xilofone, Marimba, etc.; **Teclados**: Piano, Órgão, Cravo.

Existem muitos outros, mas ateu-se aqui aos principais que constituem uma orquestra sinfônica, sendo os mais utilizados com relação ao que se refere à descrição das orquestrações (que podem conter tanto instrumentos como vozes e coros), que as obras musicais possuem no campo denominado “Meio de Expressão”. Este campo é de grande importância para a representação de partituras por ser uma de suas principais formas de busca e caracterização.

É sabido que um estudo com maior grau de especificação se faz necessário, mas considera-se a explanação apresentada como basilar para o processo em questão e com vistas a um conhecimento amplo.

A terminologia da linguagem musical que se buscou apresentar neste subcapítulo é elemento fundamental para o tratamento das informações contidas nas partituras com vistas a sua representação descritiva para futura recuperação, acesso e disseminação.

A Terminologia enquanto ciência é tão antiga quanto a linguagem humana, assim como assinala Barros (2004, p. 28), desde os primórdios o homem nomeia as coisas à sua volta e então passa a buscar compreender o universo que outros homens nomearam.

Em um dos verbetes do dicionário Aurélio, na versão de 1972, traz a Terminologia enquanto campo como “tratado dos termos técnicos de uma arte ou ciência; conjunto desses termos [...]”. Na versão de 1986, a designação para terminologia é descrita como um “conjunto de termos próprios duma arte ou duma ciência [...]”, o que é possível verificar, no caso do presente estudo, com a linguagem musical.

Segundo Barros (2004, p. 31): “no século XVII, começam a se delinear, então, os elementos básicos de compreensão da terminologia como conjunto de termos de uma área técnica ou científica e como disciplina de natureza linguística que estuda

esse conjunto”, ou seja, é a reunião dos termos componentes de uma determinada área sendo essencial para que seus especialistas possam se comunicar de forma eficaz.

Atualmente, conforme Pavel e Nolet (2002, p. 124 apud BARROS, 2004, p. 42), fala-se de “sistema de comunicação oral ou escrita usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”.

A padronização da linguagem, suas especificidades e a relação entre os conceitos de seus termos, possível através da Terminologia, é fundamental para a comunicação tanto no meio dos profissionais especialistas como do público em geral.

Tratando especificamente da terminologia da linguagem musical, sua importância ainda se evidencia por ser capaz de subsidiar que os profissionais da informação, responsáveis por seu tratamento documental, possam mesmo sem um conhecimento aprofundado na teoria musical, ter elementos para sua representação de forma eficiente e eficaz.

4 RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) E IFLA LIBRARY

REFERENCE MODEL (IFLA-LRM): um modelo conceitual para informação bibliográfica

Apresentar, uma introdução sobre a RDA e o IFLA-LRM para posteriormente indicar como pode ser realizado o tratamento da informação musical com base em ambos os instrumentos utilizados conjuntamente, é o objetivo desse tópico, conforme se pode conferir a seguir:

4.1 Resource Description and Access (RDA)

Com base no cenário que coloca o AACR2 como uma ferramenta que não consegue suprir todas as necessidades informacionais contidas nos diversos suportes, o comitê internacional que gere as revisões do AACR, o *Joint Steering Committee for Revision AACR (JSC)* ou Comitê Conjunto Permanente para a Revisão das Regras Anglo Americanas de Catalogação, junto com o *Committee of Principals (CoP)*, ou Comitê dos Principais (uma espécie de órgão diretor das associações que formam o JSC), lançam uma iniciativa, com apoio da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, para desenvolver uma

nova ferramenta em substituição ao AACR2, por perceberem que o código vigente não era compatível com a realidade digital e tecnológica, (SILVA, 2017).

O JSC é formado pelas instituições: *Canadian Committee on Cataloguing* (CCC), *American Library Association* (ALA), *Chartered Institute of Library e Information Professionals* (CILIP), *Australian Committee on Cataloguing* (ACOC), *British Library* e a *Library of Congress* (LC) (SILVA, 2017).

O JSC decidiu que o AACR2, que havia sido planejado com base em catálogos em fichas e agora se encaminhava para o ambiente digital, precisava sofrer uma revisão profunda. O projeto conhecido no início como AACR3 teve reflexo dos principais atributos necessários para seu desenvolvimento e foi nomeado como *Resource Description and Access* (RDA), ou Recursos: Descrição e Acesso, tornando-se mais flexível para descrever recursos tanto analógicos como em meio digital com vistas a ser aceito em nível internacional, e não apenas em países anglo-americanos (como estava evidenciado em seu antigo nome) (SILVA, 2008).

O desenvolvimento da RDA decorreu desses dois organismos internacionais: o JSC e CoP. Na prática o JSC relata suas ações à CoP, compostas por elementos das seguintes instituições: ALA, *Canadian Library Association* (CLA), ALA, CILIP, LC, *Library and Archives Canada*, *British Library* e *National Library of Australia* (NLA). O CoP gere a política e o orçamento da RDA (SILVA, 2017).

E surge assim a RDA, que foi desenvolvida pelo *RDA Steering Committee* (RSC)² ou Comitê de Direção da RDA (anteriormente JSC) como parte de seu plano estratégico (2005-2009) em substituição das Regras de Catalogação Anglo-Americanas, 2ª Edição revisada, e teve sua disponibilização online através da ferramenta *RDA Toolkit*³ à partir de 2010 (RSC, 2018).

A RDA foi desenvolvida para abarcar também a catalogação de documentos em meio digital, com um formato menos rígido, uma aplicação com maior amplitude e que tenha o foco voltado para as demandas informacionais desse novo usuário, acompanhando as transformações que sua comunidade necessita. Assim, segundo o RSC “a RDA é um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de bibliotecas e patrimônios culturais que são bem formados

² Site do RSC: <http://rda-rsc.org/>

de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário” (RSC, 2018).

A RDA pode ser utilizada para descrever qualquer tipo de recurso e salienta-se que não se trata de um esquema de metadados, mas um padrão normativo.

De acordo com Silva (2017), a RDA:

[...] é compatível com princípios, modelos de relacionamentos, padrões de metadados e protocolos de interoperabilidade estabelecidos internacionalmente. Neste sentido, a RDA é compatível com uma variedade de esquemas de metadados descritivos, tais como: MODS (*metadata object description standard*, *Dublin Core*, *ONIX* e *MARC Format*).

Desse modo, deve-se observar que a RDA não é apenas um padrão de descrição bibliográfico, mas um padrão para conteúdos e mídias e os trabalha de forma integrada para que os usuários possam ter acesso e recuperar a maior quantidade de informações em suas pesquisas.

Uma das grandes inovações da RDA, dentre as muitas, em especial com relação às práticas do tratamento da informação que se podem apresentar (o que não se fará por não ser este o foco da discussão), é sua forma de atualizações dinâmicas e contínuas. Para tal, conta com o RSC, que ainda passa pela transição do antigo JSC desde 6 de novembro de 2015 e que se estenderá em etapas até 2019, que contará com as seguintes regiões representadas: África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania (RSC, 2018).

Além do comitê, a RDA tem acordos com os seguintes grupos: *FRBR Review Group*; *ISBD Review Group*; *ISSN International Centre* e *LC Network Development and MARC Standards Office*, e traz que “o acordo entre o RSC e cada outro grupo é um protocolo “leve” que exige que os dois grupos comuniquem planos para mudanças nos padrões relevantes; o acordo é frequentemente apoiado por uma lista de documentos compartilhados e unilaterais”, (RSC, 2018), ou seja, por terem relação com o desenvolvimento da RDA, esses grupos participam de suas possíveis atualizações e revisões.

³ Site do *RDA Toolkit*: <https://www.rdatoolkit.org/>

Também é possível se juntar à lista de discussão da RDA, a **RDA-L**⁴ (uma lista de emails para se discutir as práticas em RDA ou outros tópicos sobre a temática e a catalogação), e enviar propostas para serem analisadas pelo comitê.

Para acesso ao padrão é possível se inscrever através do *RDA Toolkit*, que conta também com as várias traduções às quais a RDA se encontra (originalmente foi publicada em inglês), nos seguintes idiomas: catalão, chinês, finlandês, francês, alemão, italiano, norueguês e espanhol e com outras em andamento. Há também acesso a recursos para treinamento, notícias e informações sobre eventos e tópicos relacionados com a RDA (RDA, 2018).

Aqui no Brasil, surgiram algumas ações sobre a tradução do código, mas nenhuma se efetivou. Atualmente há um grupo na Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), que discute sobre essa possibilidade. O fato da ferramenta não abarcar todas as traduções, suas constantes atualizações, tendo a última ocorrida em 08 de junho desse ano com o título do documento “Resultados do Projeto de Reestruturação e Redesenho da *RDA Toolkit*” (é possível acessar todos os documentos relacionados com a RDA no site do RSC), e ainda, e não menos importante, a precificação do acesso (estabelecido em dólar americano com o valor hoje em torno de \$191 para um usuário), são levantados como principais pontos negativos e dificuldades para sua implementação, em especial em países que não têm uma tradição em investir nessas áreas, o que infelizmente é o caso do Brasil, fazendo com que a evolução da catalogação fique em defasagem em relação aos contínuos avanços, conforme apresentado.

4.2 Os modelos conceituais da IFLA: a consolidação do IFLA-LRM

Como mencionado no tópico anterior, a RDA mantém acordos com alguns grupos de trabalhos, e entre eles está o: *FRBR Review Group*, ou Grupo de Revisão FRBR que gere a família FR (*Functional Requirements*, ou Requisitos Funcionais), de modelos conceituais da IFLA.

A seguir, será realizada uma breve apresentação dos modelos conceituais da IFLA, culminando em seu mais recente documento, o IFLA-LRM para que ao final

⁴ Acesso ao RDA-L em: <http://lists.ala.org/sympa/info/rda-l>.

deste capítulo, se possa estabelecer a relação entre o modelo LRM e a RDA e as considerações sobre como o desenvolvimento dessa dupla no tratamento da informação é essencial e significativa para a catalogação contemporânea.

A relação existente entre os modelos conceituais e as regras de catalogação é algo complexo e em constante desenvolvimento, conforme afirma Riva (2016). As regras de catalogação tradicionalmente se baseavam em atividades práticas, ou seja, não havia uma forma padrão para modelagem das estruturas, o que mesmo a IFLA, desenvolvedora dos modelos conceituais da família FR para recursos bibliográficos, contribuiu anteriormente com esse seguimento ao adotar os Princípios de Paris em 1961 sendo que “foram atualizados conforme a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (ICP 2009 e 2016) e ainda são utilizados pelos organismos que desenvolvem os códigos” (RIVA, 2016).

O primeiro modelo elaborado pela IFLA em 1998 foi o *Functional Requirements for Bibliographic Records* ou Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e que logo passou a incluir mais dois modelos separados, que foram constituídos à partir desse primeiro, o *Functional Requirements for Authority Data* ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) em 2009 e o *Functional Requirements for Subject Authority Data* ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD) em 2010.

Desde a finalização dos últimos modelos, o FRAD e o FRSAD, já se percebia que uma combinação ou consolidação dos três modelos em um se fazia necessário, visto que havia incompatibilidades entre os modelos e até abordagens distintas para mesmos processos, isso por conta dos modelos terem sido desenvolvidos por diferentes grupos de trabalho, carregando diferenças em sua estrutura e conceituações. Com as dificuldades suscitadas pelas diferenças entre os modelos FR, que impossibilitavam sua utilização e a compatibilidade em sua implementação, a harmonização dos três modelos foi a decisão seguida pela IFLA.

O *FRBR Review Group* iniciou os trabalhos em prol de um modelo consolidado a partir de 2010. O título do modelo em 2016 era *FRBR Library Reference Model* (ou FRBR-LRM), mas na reunião de 19 de agosto de 2016 o *FRBR Review Group* adotou o título *IFLA Library Reference Model* ou Modelo de

Referência de Biblioteca da IFLA (IFLA LRM), com o documento final tendo sido aprovado pelo Comitê da IFLA em agosto de 2017 (IFLA, 2017).

O objetivo do IFLA LRM foi de reparar incompatibilidades entre os três modelos que foram analisados, revisados e remodelados de forma que houvesse uma consolidação efetiva.

Como resultado, obteve-se um modelo único que abarca todos os campos bibliográficos simultaneamente, atualizados e de forma simples. Segundo a Federação, o “IFLA LRM foi projetado para ser usado em ambientes de dados vinculados e para apoiar e promover o uso de dados bibliográficos em ambientes de dados vinculados” (IFLA, 2018). Por conta das experiências suscitadas pela utilização dos modelos FR, o LRM consolidado pôde contar com contribuições e avaliações críticas em relação aos outros modelos, e assim preencher lacunas deixadas pelos modelos anteriores.

Segundo Zumer e Riva (2017), “o LRM oferece um único e completo modelo que cobre todos os aspectos da informação bibliográfica, removendo barreiras à adoção de conceituações divergentes entre os modelos da família FRBR”.

Desse modo, “o IFLA LRM é um modelo conceitual de alto nível e, como tal, pretende ser um guia ou base para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos” (IFLA, 2017), ou seja, não se destina a uma aplicação prática, mas atua no âmbito conceitual modelando as estruturas dos códigos de catalogação e trabalhando em conjunto com estes .

O documento IFLA LRM (2017), traz que “as definições de certos elementos-chave do IFLA LRM pretendem ser compatíveis com a operacionalização do modelo por meio de diversos códigos de catalogação”, e ainda que “uma ampla gama de decisões tomadas em regras de catalogação pode ser acomodada pelo modelo”, demonstrando que este atua em consonância com um padrão descritivo predeterminado. O IFLA LRM é um modelo conceitual baseado na modelagem entidade/relacionamento com foco nas tarefas dos usuários e possui compatibilidade com o CIDOC *Conceptual Reference Model* (CRM) e a versão orientada a objetos do FRBR (FRBRoo) (IFLA, 2017).

Quanto às tarefas dos usuários, estas “foram examinadas primeiro, pois isso forneceu um foco e um escopo funcional para o restante das decisões de modelagem (IFLA, 2017), que são as seguintes conforme quadro 1 elaborado com base na seção 3.3 do documento LRM:

Quadro 1 - Definições das Tarefas do usuário segundo o LRM

Definições das Tarefas do Usuário		
Tarefa	Definição	Comentário
Encontrar	Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando em qualquer critério relevante	A tarefa de localização é sobre a pesquisa. O objetivo do usuário é reunir uma ou mais instâncias de entidades como resultado de uma pesquisa. O usuário pode pesquisar usando um atributo ou relacionamento de uma entidade ou qualquer combinação de atributos e / ou relacionamentos. Para facilitar essa tarefa, o sistema de informação busca possibilitar a busca efetiva, oferecendo elementos de pesquisa ou funcionalidade adequados.
Identificar	Compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir recursos similares	O objetivo do usuário na tarefa de identificação é confirmar que a instância da entidade descrita corresponde à instância solicitada ou distinguir entre duas ou mais instâncias com características semelhantes. Nas buscas de “item desconhecido”, o usuário também busca reconhecer as características básicas dos recursos apresentados. Para facilitar essa tarefa, o sistema de informação procura descrever claramente os recursos que cobre. A descrição deve ser reconhecível pelo usuário e facilmente interpretada.
Selecionar	Determinar a adequação dos recursos encontrados e estar habilitado para aceitar ou rejeitar recursos específicos	A tarefa de seleção é sobre reagir às possíveis opções. O objetivo do usuário é fazer escolhas, dentre os recursos apresentados, sobre quais deles seguir adiante. Os requisitos ou limitações secundários do usuário podem envolver aspectos de conteúdo, público-alvo, etc. Para facilitar essa tarefa, o sistema de informação precisa permitir / suportar julgamentos de relevância fornecendo informações apropriadas e suficientes sobre os recursos encontrados para permitir que o usuário faça essa determinação e aja de acordo com ela.
Obter	Para acessar o conteúdo do recurso	O objetivo do usuário na tarefa de obtenção é passar de consultar um substituto para interagir de fato com os recursos de biblioteca selecionados. Para cumprir essa tarefa, o sistema de informações precisa fornecer links diretos para informações on-line ou informações de localização para recursos físicos, bem como instruções e informações de acesso necessárias para concluir a transação ou quaisquer restrições de acesso.
Explorar	Descobrir recursos usando as relações entre eles e, assim, colocar os recursos em um contexto	A tarefa de explorar é a mais aberta das tarefas do usuário. O usuário pode estar navegando, relacionando um recurso a outro, fazendo conexões inesperadas ou se familiarizando com os recursos disponíveis para uso futuro. A tarefa de explorar reconhece a importância da serendipidade (Coisa descoberta por acaso) na busca de informações. Para facilitar esta tarefa, o sistema de informação procura apoiar a descoberta, tornando os relacionamentos explícitos, fornecendo informação contextual e funcionalidade de navegação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em IFLA LRM.

As quatro primeiras tarefas são praticamente as mesmas correspondentes no FRBR, somente a tarefa explorar foi introduzida pela primeira vez no FRSAD.

Como definição formal do modelo, têm-se os três elementos usados nos modelos de relacionamento entre entidades, segundo o documento original do LRM: “**entidades**, as classes que são o foco de interesse, descritas na seção 4.1; **atributos**, os dados que caracterizam instâncias de entidades, descritos na seção 4.2 e **relacionamentos**, as propriedades que vinculam instâncias de entidades, descritas na seção 4.3” (IFLA, 2017). Para melhor exemplificação, seguem no quadro 2 as definições de cada elemento da modelagem:

Quadro 2 - Definições dos elementos da modelagem LRM

Definições dos Elementos da Modelagem IFLA LRM	
Elementos	Definições
Entidades	As entidades definidas no modelo são aquelas identificadas como os principais objetos de interesse dos usuários dos sistemas de informações da biblioteca.
Atributos	Atributos caracterizam instâncias específicas de uma entidade. Nenhum dos atributos definidos no modelo é necessário para qualquer instância de uma entidade, mas os atributos podem ser registrados se aplicáveis e facilmente determináveis, quando os dados são considerados relevantes para o propósito da aplicação.
Relacionamentos	Relacionamentos são uma parte essencial do universo bibliográfico: eles conectam instâncias de entidades e fornecem contexto para elas. No modelo IFLA LRM, os relacionamentos são declarados de maneira geral e abstrata e, assim, permitem que os implementadores incluam detalhes adicionais de maneira consistente e coerente, introduzindo refinamentos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora com base em IFLA LRM.

No documento base IFLA LRM, bem como em alguns artigos que tratam sobre o tema, é possível visualizar todas as aplicações, nomenclaturas e formas de modelar as estruturas das diversas entidades com seus relacionamentos. O presente estudo não objetiva apresentar as exemplificações de cada elemento do modelo, mas conter uma apresentação ampla sobre sua constituição, destacar alguns pontos e em especial como se deu sua consolidação.

Além de todos os itens tratados pormenorizados, é possível acessar um documento disponibilizado pela IFLA e lançado em 2017, em que é detalhada a transição e as principais diferenças entre os antigos modelos da família FR e o LRM denominado **Mapeamentos de transição**, contendo tarefas do usuário, entidades, atributos e relacionamentos em FRBR, FRAD e FRSAD mapeados para seus equivalentes no Modelo de Referência de Biblioteca da IFLA.

Em consequente, apresentam-se alguns pontos mais sobre o IFLA LRM em consonância com a construção de uma catalogação tendo como base a RDA.

4.3 A RDA e o IFLA-LRM

Para as considerações finais sobre como a utilização da RDA em união com o IFLA LRM é o principal caminho a se seguir com relação ao tratamento da informação na contemporaneidade, esse tópico irá apresentar como se deu a implementação do modelo conceitual da IFLA no padrão normativo RDA e assim, possibilitar as reflexões consequentes.

Adianta-se, novamente, que o propósito do estudo não prevê um aprofundamento nas aplicabilidades e exemplificações sobre a união das ferramentas, por considerar que essa abordagem mesmo que de grande relevância por se tratar de um tema novo e atual, por si só pode ser o recorte de um estudo completo. Desse modo, irá se limitar em apresentar apontamentos sobre ambos os instrumentos, sua relação e como podem se desenvolver no âmbito da catalogação atual.

No site da IFLA (2018), é possível verificar a seguinte afirmação: “o IFLA LRM foi projetado para ser usado em ambientes de dados vinculados e para apoiar e promover o uso de dados bibliográficos em ambientes de dados vinculados”, o que corrobora sua estrutura baseada em relacionamentos, tão importante para os chamados usuários finais, que o documento LRM engloba como sendo tantos os usuários diversos com suas demandas informacionais assim como os bibliotecários que tratam as informações que serão buscadas por esses usuários.

Assim como já descrito, a RDA se constitui em “um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de bibliotecas e patrimônios culturais que são bem formados de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário” (RSC, 2018), o que vai ao encontro do que objetiva o IFLA LRM, e ambos tendo como foco principal para seu desenvolvimento, a visão do usuário.

Já em 2016, antes do relatório final do LRM ser aprovado e publicado, o RSC já havia acordado em substituir os modelos IFLA que já eram base para a RDA e adotar o novo modelo consolidado (RSC, 2018).

Essa congruência entre os instrumentos se dá de forma orgânica, visto que têm objetivos em comum, e que para a padronização de regras de catalogação, a modelagem do LRM subsidia as tomadas de decisão e o formato de tratamento da informação com o foco nos relacionamentos que além de proporcionar aos usuários finais uma gama maior e diversificada de resultados, que têm relação com suas pesquisas, em uma época de web semântica, os sistemas de informação se movem em direção ao que a internet há tempos faz e de forma cada vez mais natural, os dados ligados (hipertextos, links...), e saem dos catálogos arcaicos e que são

verdadeiras “ilhas”, em que cada acervo se mantém, em sua maior parte, fechado dentro de si.

Dadas às adaptações que todo código de catalogação necessita ao estabelecer um modelo conceitual como base, salienta-se que os modelos têm uma estrutura como modelos conceituais de alto nível, e não de dados completos. O LRM não tem uma lista extensa com todos os relacionamentos e atributos que podem ser aplicados, mas ao contrário do FRBR que continha uma lista considerável de atributos, este se ateve aos atributos essenciais ou representativos e também aos relacionamentos mais comuns (RIVA, 2016).

Segundo Riva (2016), citando parte do documento LRM seção 2.1, “o modelo é abrangente no nível conceitual, mas apenas indicativo em termos de atributos e relacionamentos. que estão definidos” (IFLA, 2017), a autora traz a esse respeito que: “existem dois mecanismos opostos que podem ser usados conforme necessário na adaptação de um código de catalogação em torno de um modelo conceitual: omissão de partes específicas do modelo ou expansão do modelo” (RIVA, 2016), o que não sinaliza uma falta de conformidade com o mesmo. Desse modo, o RSC (2018), traz que “os elementos atuais da RDA serão tratados como refinamentos dos relacionamentos de alto nível do LRM”.

O RSC (2018), ainda apresenta o seguinte sobre a implementação do LRM na RDA:

O LRM permite que atributos e relacionamentos sejam usados de maneira intercambiável. Isso oferece suporte à expansão completa do caminho de quatro dobras da RDA para identificar entidades relacionadas por meio de descrição, estruturação ou URI de dados vinculados ou não estruturados. Um novo atributo LRM, manifestação de manifestação, permite uma distinção clara entre dados transcritos de uma manifestação para refletir como ele se descreve de forma não estruturada e dados registrados de outras fontes. A nova entidade Nomen também apoiará a distinção entre descrições estruturadas na forma de pontos de acesso e identificadores associados a uma entidade. Esses desenvolvimentos expandirão a gama de cenários de captura de metadados cobertos pelo RDA, desde cartões de catálogo impressos ou manuscritos até transcrição de máquina, controle de autoridade e dados relacionais e vinculados (RSC, 2018).

Considera-se fundamental que tanto o documento IFLA LRM, as informações do site RSC e do *RDA Toolkit*, bem como os artigos sobre a temática específica com as particularidades dessa junção entre as ferramentas, sejam consultados para que,

com exemplos e situações práticas, o modo como essa adequação e sua funcionalidade na catalogação de forma efetiva, possa ser vislumbrado.

A utilização da RDA e do IFLA LRM em conjunto, pode ser considerado um grande avanço para a catalogação contemporânea, visto todas as suas abordagens e em especial, o foco no usuário final, razão do fazer biblioteconômico e ainda tendo como outro principal elemento comum aos dois instrumentos um formato que prioriza os relacionamentos e novas formas de ver uma obra de um modo amplo, que vai muito além do item.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música no Brasil é por vezes utilizada em diversos projetos de políticas públicas, sendo assim, sua democratização através do acesso informacional das partituras, corrobora a reflexão realizada no presente estudo que versa sobre a importância desse documento e de sua organização e representação com vistas a sua recuperação e acesso, assim como o fato de se constituir uma área crescente de trabalho para apropriação do profissional bibliotecário.

A RDA e o modelo conceitual IFLA LRM são grandes representantes desse progresso no universo da catalogação e que devem ser estudados e dentro de uma política estabelecida ao tratamento da informação, realizado por cada organização de forma particularizada de acordo com seus contextos.

É preciso compreender que o trabalho de catalogação é um grande instrumento de disseminação da informação e que de maneira alguma deve ser negligenciado nem diminuído.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BENVENISTE, Émile. (1991) Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral, I**. São Paulo : Ed. Nacional ; EDUSP.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. Tradução de Eduardo Brandão, revisão da tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2 v.

DICIONÁRIO Grove de música: edição concisa. Editado por Stanley Sadie. Tradução: Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1048 p. Tradução de: The Grove Concise Dictionary of Music.

VII Seminário FESPSP - "Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança".

24 a 28 de setembro de 2018

GT15: Inovação em Serviços de Informação

ECO, Umberto. *Premissa; O processo sógnico; Delineamentos de uma teoria unificada do signo*. In: _____. **O signo**. 4a. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1973.

FIORIN, José Luiz. *Teoria dos signos*. In: _____. **Introdução à Linguística: I. Objetos Teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:

<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>. Acesso em 1 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA Library Reference Model (LRM)**. 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Site IFLA Library Reference Model (LRM)** 2018. Disponível em: < <https://www.ifla.org/publications/node/11412>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MATOS, Alexandra Linda Herbst. **Documentação musical: discussão sobre a representação temática de partituras a partir de um enfoque interdisciplinar**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RDA STEERING COMMITTEE (RSC). 2018. Disponível em: < <http://www.rda-rsc.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA). 2018. Disponível em: <https://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

RIVA, Pat. Building RDA using the FRBR Library Reference Model. In: IFLA 2016 Satellite Conference, RDA in the Wider World, 2016-08-11, Dublin. Disponível em: < <http://library.ifla.org/1911/1/S17-2016-riva-en.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, José Fernando Modesto da. O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador. **Infohome**, São Paulo, jan. 2008. Disponível em: < http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Viva RDA – AACR2 virou zumbi. **Infohome**, São Paulo, jun. 2017. Disponível em: < http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1058>. Acesso em: 20 out. 2017.

ZUMER, Maja; RIVA, Pat. IFLA LRM - Finally Here. **International Conference on Dublin Core and Metadata Applications**, [S.l.], p. 13-23, 2017. ISSN 1939-1366. Disponível em: <http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3852>. Acesso em: 12 jul. 2018.